IBCCrim pede suspensão do projeto de lei do novo Código Penal

A primeira parte da audiência pública promovida nesta quarta-feira (29/8) pelo IBCCrim sobre o novo Código Penal foi marcada por debates acalorados, provocações e até um manifesto, que pede a suspensão do anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas. Assinado pelo IBCCrim e pelo Instituto Manoel Pedro Pimentel, da Faculdade de Direito da USP, o documento diz que o novo ordenamento foi conduzido de forma açodada, sem consulta à comunidade jurídica.

“Magistrados, membros do Ministério Público, advogados, delegados de Polícia, professores de Direito Penal e ciências afins não tiveram tempo para opinar sobre uma proposta de crimes e penas dirigidas para milhões de brasileiros”, diz trecho do manifesto.

As entidades reclamam, ainda, que teria havido pouco tempo para a análise do projeto, o qual estaria cheio de “vícios”, como a falta de proporcionalidade entre crimes e penas e uso de linguagem incorreta. “Por todas essas razões apontadas, torna-se imperioso o imediato sobrestamento do projeto nº 236/2012 para a mais ampla consulta à Nação, à comunidade científica e aos operadores jurídicos”, finaliza o manifesto, distribuído no 18º Seminário Internacional de Ciências Criminais do IBCCrim. Nesta quinta-feira (30/8), o instituto promove a segunda parte da audiência pública.

O ataque
A mesa que conduziu a audiência foi composta por dois críticos do novo Código Penal, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e o professor da UFPR, René Dotti. O defensor da proposta de novo ordenamento jurídico foi o relator do projeto e procurador regional da República Luis Carlos dos Santos Gonçalves.

Reale Júnior e René Dotti chamaram o novo Código Penal de "Projeto Sarney" e foram bastante aplaudidos em suas exposições, inflamadas e contundentes. “Isso fará vergonha à comunidade jurídica internacional”, afirmou Reale.

O seu companheiro de mesa e ideias, Rene Dotti, que chegou a fazer parte da comissão de juristas responsáveis pela elaboração do projeto, falou por que abandonou o grupo. “Fui a uma das audiências públicas pautadas pelo interesse da mídia e grupos de pressão, onde nada de concreto pude fazer”, justificou.

Ele exibiu uma lista com diversos artigos dos quais pinçou o que seriam, em sua avaliação, erros e aspectos problemáticos. “Não há no projeto Sarney a cominação da multa, a não ser em casos excepcionais. É só prisão”, citou como exemplo.

Outro ponto para o qual ele chamou atenção refere-se aos prazos de prescrição. “Agora, senhores advogados, a Polícia pode gastar na investigação e o MP pode gastar em pensar a denúncia até a véspera da prescrição da pena em abstrato. Isso é um atraso.”

Dotti também atacou a cláusula que preserva movimentos sociais do crime de terrorismo. “Essa proposta de exclusão é claramente inconstitucional”, afirmou, citando o MST. “Por que não dizer aqui

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

abertamente? O MST tem proposta altamente social sem dúvida nenhuma. Nada contra o MST como instituição, mas sim quando comete crime.”

Miguel Reale Junior centrou suas críticas em aspectos relacionados a questões teóricas do Direito e foi bastante irônico. “O projeto liberal propõe aos jornalistas uma pena oito vezes maior do que propunha a lei de imprensa, que foi considerada um entulho autoritário”.

A defesa
Em sua exposição, o relator do novo Código Penal, Luis Carlos dos Santos Gonçalves, reconheceu que há falhas no texto. Ele fez um resumo das principais propostas apresentadas. Segundo ele, a adoção do novo Código Penal pode trazer benefícios para cerca de metade dos 471 mil presos no Brasil. “O nosso projeto é descriminalizador e descarcerizador”, declarou. “As maiores críticas que temos recebido é pelo caráter liberal. Vozes que vocês conhecem estão clamando por aumento de penas e redução de benefícios.”

Segundo Gonçalves, o novo CP reduzirá o número de tipos penais em vigor, que atualmente seriam 661, de acordo com seus cálculos. Com o novo diploma, esse número cairia para 374, já contando o Tratado de Roma. Apesar da enxurrada de críticas que e texto recebeu, o redator levou com bom humor o rótulo de "Projeto Sarney" dado por seus colegas ao novo Código Penal. “Para nós, é um avanço. Até outro dia, ele era conhecido como ‘Pojeto Cabaré’, pois previa a descriminalização das casas de prostituição”.

Clique aqui para ler o manifesto do IBCCrim.

Date Created
30/08/2012

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.